



*Presidência do Conselho de Ministros  
Gabinete de Secretária de Estado  
dos Assuntos Parlamentares*

**Requerimento: 108 / VIII / 2ª**  
**De: Dep. Paulo Portas e Raúl Almeida**  
**Entrada : 2000 / 10 / 13**  
**Resposta : 2001 / 02 / 22**

Transmitir a V. Ex.<sup>a</sup>  
22/02/01

**ASSUNTO: Requerimento nº 108 VIII / 2ª**  
**dos Senhores Deputados Paulo Portas e Raúl Almeida (CDS-PP)**

Em resposta ao requerimento em epígrafe, encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território de transmitir a V. Ex.<sup>a</sup> a seguinte informação:

Os problemas ambientais existentes na Lagoa de Paramos / Barrinha de Esmoriz resultaram de um conjunto de factos associados ao rápido desenvolvimento dos concelhos envolventes, nomeadamente o de Santa Maria da Feira.

Neste concelho, a instalação de um grande número de estabelecimentos industriais, que não foi acompanhada pela implementação das necessárias infra-estruturas de saneamento, levou ao escoamento directo de grandes quantidades de águas residuais para a Lagoa de Paramos, algumas das quais com elevado potencial poluente, como sejam os das fábricas de papel. Simultaneamente, a alteração das condições de ligação da lagoa ao mar contribuiu para o agravamento das condições naturais da lagoa.

O número de empresas inventariadas na área da Barrinha de Esmoriz, ascende a 170, sendo os sectores predominantes o do papel e o da cortiça. Muitas destas empresas aderiram aos Contratos de Adaptação Ambiental, visando a implantação de adequados sistemas de tratamento dos efluentes que, apesar de tratados, continuarão a escoar para a lagoa. Face a esta situação, não poderá ser apenas com soluções mitigadoras, que se eliminarão os graves problemas de poluição, e se promoverá a recuperação daquele ecossistema.

Por isso, decidiu o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, no âmbito dos objectivos definidos no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (2000-2006), implementar um sistema integrado e sustentável de despoluição deste ecossistema.

Assim, e no período 2001-2003 serão investidos na área da Bacia da Lagoa, 4,8 milhões de contos para construção de um sistema de drenagem e tratamento das



*Presidência do Conselho de Ministros*  
*Gabinete do Secretário de Estado*  
*dos Assuntos Parlamentares*

águas residuais, domésticas e industriais, assim como para a remoção dos sedimentos e lamas que actualmente se encontram depositados na área da Lagoa.

Para execução deste projecto, decidiu o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território ampliar a área de intervenção da SIMRIA, SA, empresa que está implementando e gerindo o sistema de despoluição da Ria de Aveiro.

---

---